SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 64268.003128/2024-52

PROCESSO LICITATÓRIO
ATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N° 13/2024 – CMDO FRON RO/6° BIS
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. Requisição nº 45 – PO/B Adm/C Fron RO, de 04 de junho de 2024

Guajará-Mirim, RO, 20 de junho de 2024.

PROTOCOLO GERAL

NUP:64268.003128/2024-52

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMDO FRON RO/6º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA)

ASSUNTO:

2024NE00289

(160346)

SETOR: SALC DO CMDO FRON RO/ 6º BIS **ANO:** 2024

INTERESSADO: CHEFE DO PELOTÃO DE OBRAS DO CMDO FRON RO/6º BIS.

ASSUNTO: EMPENHO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRA. CNPJ: 10.779.165/0002-48 - MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA

MOVIMENTO DO PROCESSO

	DESTINO	DATA				DESTINO	DATA		
1					18				
2					19				
3					20				
4					21				
5					22				
6					23				
7					24				
8					25				
9					26				
10					27				
11					28				
12					29				
13					30				
14					31				
15					32				
16					33				
17					34				

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMDO FRON RO/6º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA)

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 01

ÍNDICE

PROCESSO ADMINISTRATIVO NR **64268.003128/2024-52**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2024 – CMDO FRON/RO 6º BIS

Ordem	DISCRIMINAÇÃO	PÁGINAS
1.	ÍNDICE	01
2.	TERMO DE AUTUAÇÃO	02
3.	TERMO DE ABERTURA	03
4.	PARTE REQUISITÓRIA COM O DESPACHO DO OD	04 e 05
5.	NOTA DE CRÉDITO	06
6.	DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	07 a 09
7.	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	10 a 13
8.	TERMO DE REFERÊNCIA	14 a 24
9.	GERENCIAMENTO DE RISCOS	25 e 26
10.	PUBLICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA - AUTORIZAÇÃO	27 e 28
11.	PUBLICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO - DESIGNAÇÃO	29
12.	NOMEAÇÃO DO OD	30 a 33
13.	DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM A LOA, PPA E LDO	34
14.	PESQUISA DE PREÇOS	35 a 37
15.	MAPA COMPARATIVO	38
16.	JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE DISPENSA	39 e 40
17.	SITUAÇÃO DO FORNECEDOR	41 a 51
18.	AUTORIZAÇÃO DO ATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 12/2024 - PNCP	52
19.	NOTAS DE EMPENHO E CERTIDÕES	53 a 56
20.		

OBJETO: Contratação de serviço de manutenção de roçadeira para atender as necessidades do Pelotão de Obras do Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva.

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 02

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA RONDÔNIA/6º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA)

DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2024
Processo Administrativo NUP: 64268.003128/2024-52

TERMO DE AUTUAÇÃO

Em conformidade com o disposto no Art. 75 da Lei NLLC. 14.133/2021, autuo, nesta data, o Processo Administrativo Nº **64268.003128/2024-52**, sendo o objeto a **Contratação de serviço de manutenção de roçadeira para atender as necessidades do Pelotão de Obras do Comando Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva**, conforme definido no despacho do **DIEX Nº45-PO/B Adm/C Fron RO**, de 4 de junho de 2024.

Quartel em Guajará-Mirim, RO, 20 de junho de 2024.

[redacted]

Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6º BIS

CMDO FRON RO/6° BIS
FL. 03

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMDO FRON RO/6° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA)

TERMO DE ABERTURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/*2024* – *CMDO FRON RO*6° BIS

PROCESSO N° 64268.003128/2024-52

Em conformidade com disposto no Art. 53 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, autuo nesta data, o Processo Administrativo referente à Dispensa de licitação acima indicada, cujo objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas constante na Requisição nº 45 – PO/B Adm/C Fron RO, de 04 de junho de 2024.

Quartel em Guajará-Mirim, RO, 20 de junho de 2024.

[redacted]

Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6° BIS

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 04

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMDO FRON RO/6º BATALHÃ DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRINCIPE DA BEIRA)

DIEx nº 45-PO/B Adm/C Fron-RO
EB: 64268.003128/2024-52

Guajará- Mirim, RO, 04 de junho de 2024.

Do Encarregado do Pelotão de Obras
Ao Sr Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6° BIS
Assunto: Contratação de serviços de manutenção de roçadeiras
Anexos:
- Documento de Formalização da Demanda;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Gerenciamento de Risco; e
- Termo de Referência.

Nos termos do contido no Inciso II e Caput do Art. 75, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, solicito as providências junto ao Ordenador de Despesas para aprovar a aquisição dos serviços abaixo discriminados:

Objeto: Contratação de serviço de serviços de manutenção de roçadeira para atender as necessidades do Pelotão de Obras do CMDO FRON-RO/6 °BIS.

Despesa total estimada: R$ 3.198,60 (três mil, cento e noventa e oito reais e sessenta centavos)

[redacted]
Encarregado do Pelotão de Obras

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 05

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO	**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS**
- Sou de parecer que seja aberto um processo de dispensa de licitação para a contratação. Guajará- Mirim-RO, 4 de JUNHO de 2024.	1. Autorizo a abertura do processo de contratação por dispensa de Licitação nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. 2. A Comissão Permanente de Licitação adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor. 3. Para fins de cumprimento do Inciso II, do Art. 75, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, empregar os recursos do Plano de Trabalho Resumido nº64268.003128/2024-52, 2024NC40174, Fonte 1000000000, Gestão 00001, Natureza de Despesa 33.90.39; e 4. Publique-se. Guajará- Mirim-RO, 4 de JUNHO de 2024
[redacted] Fiscal Administrativo do Cmdo Fron RO/6º BIS	Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6º BIS

__ SIAFI2024-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
11/06/24 16:56 USUARIO: ASSUNÇÃO

DATA EMISSAO : 24Jan24 VALORIZACAO : 24Jan24 NUMERO : 2024NC401745
UG EMITENTE : 160504 - CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO - GESTOR
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA : 160346 / 00001 - CMDO FRON RONDONIA
OBSERVACAO
(021840-6° BIS)C SUP-DMI-PLJ-RECURSO PARA ATENDER SERVIÇOS, CONF PEDIDOS APROV ADOS NO SIS CDTR NEC LOG E PDR LOG 2024. POR ORDEM DO CMT LOG, EMPH ATÉ 31 MAI O 24.

NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	VALOR
300063	1	171388	1000000000	339039		160504	E6MIPLJBIDS	13.780,00

LANCADO POR : 06711079175 - WALISSON UG : 160504 24Jan24 10:30
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

UE289

CMDO FRON RO/6° BIS
FL 06

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 04

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMDO FRON RO/6º BATALHÃ DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRINCIPE DA BEIRA)

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NUP: 64268.003128/2024-52

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DISPENSA DE LICITAÇÃO /2024	
Órgão: EXÉRCITO BRASILEIRO	
Legislação: IN 5 de 26 de maio de 2017 e Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto):	
Pelotão de Obras	
Responsável pela Demanda:	
Leandro Macedo da Silva – ST	
E-mail:	**Telefone:**
sgtleandroms@gmail.com	(69) 99950-6977

1. Objeto da Aquisição:

Contratação de serviço de manutenção de roçadeira para atender as demandas do Pelotão de Obras do Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva.

2. Justificativa da necessidade da contratação:

2.1 **Motivação da Contratação:** Justifico a contratação do referido serviço por meio do processo Administrativo NUP 64268.003128/2024-52 Dispensa de Licitação, com amparo no Inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 para a contratação de serviços de manutenção de recadeiras para atender as demandas do Pelotão de Obras do Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva, viabilizando assim, a "comunicação" irrestrita entre hóspedes/familiares e Comando do batalhão e suas áreas administrativas. Justifica-se ainda a contratação por:

a. a OM ter sido contemplada com dotação orçamentária (2024NC401745, de 24Jan24) para a realização da despesa;

b. os serviços estarem previstos no PCA 2023-2024;

c. a contratação dos referidos serviços ser de pequeno vulto, conforme Art.95, § 2º da Lei 14.133/21, com previsão mensal estimada de R$ 3.280,00 (três mil, duzentos e oitenta reais);

d. a contratação dos referidos serviços contribuirá para uma melhor manutenção das áreas verdes do CMDO-FRON/6ºBIS; e

e. ser serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja contratação é por contrato de adesão.

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 08

Almeja-se realizar a contratação por meio de Dispensa de Licitação com amparo no Inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, onde prevê que:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras (alterado pelo Decreto nº 11.871, de 2023).

, configurado a inviabilidade fática e jurídica absoluta de competição.

2.2 Objetivos da Contratação: Ofertar aos integrantes do Cmdo Fron RO/6º BIS, serviços considerados essenciais para a operacionalidade da unidade proporcionando condições favoráveis à manutenção de sua operacionalidade e administração de forma que possam estar sempre preparados para operar e vigiar em nossa área de responsabilidade, na fronteira ocidental.

3. Quantidade do serviço a ser contratado:

Valor Anual Estimado: R$ 3.198,60(três mil, cento e noventa e oito reais e sessenta centavos)

4. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços:

- O início da contratação é imediata e fica condicionada a liberação de créditos na Natureza da Despesa 33.90.39 advindas do Comando do Exército Brasileiro por intermédio da Diretoria de descentralização de crédito competente.

- Há a pretensão de que a vigência inicial do contrato seja de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por interesse de ambas as partes até o limite de 60 (sessenta) meses desde que haja autorização formal da autoridade competente.

Função/cargo	Nome do(a) servidor(a)	Setor de Lotação	OM	Ciência
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	LEANDRO MACEDO DA SILVA	PELOTÃO DE OBRAS	6º BIS	SIM

5. Grau de prioridade da contratação:

( ) Baixo ( ) Médio (X)Alto

6. Responsabilidade pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento:

Guajará Mirim/RO, 22 de março de 2024.

[redacted]

Equipe de Planejamento da Contratação

7. Despacho do Fiscal Administrativo:

Aprovado: (x) Sim ( ) Não

Guajará Mirim/RO, 22 de março de 2024.

[redacted]

Fiscal Administrativo do Cmdo Fron RO/6º BIS

9. Despacho do Ordenador de Despesas:

Autorizado: (x) Sim ( ) Não

Guajará Mirim/RO, 01 de junho de 2024.

[redacted]

Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6º BIS

Estudo Técnico Preliminar 83/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64268.003128/2024-52

2. Descrição da necessidade

2.1. Em atenção ao estabelecido no §1º, art. 9º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022 consta no presente ETP apenas os elementos obrigatórios (I, V, VI, VII e XIII) indicados na referida instrução normativa, a saber:
I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (Item 2 neste ETP Digital);
V - estimativa das quantidades a serem contratadas (Item 7 neste ETP Digital);
VI - estimativa do valor da contratação (Item 8 neste ETP Digital);
VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável (Item 9 neste ETP Digital);
XIII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação (Item 15 neste ETP Digital).

1. A contratação tem por finalidade atender as demandas de manutenção de equipamentos de roçadeira em nossa OM .Atualmente o 6º Batalhão de Infantaria de Selva possui diversas áreas verdes para manutenção, sendo assim o Pelotão de Obras que é responsável por está manutenção precisa ter ao seu dispor todos os equipamentos de roçadeira funcionando corretamente para atender as demandas do Batalhão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pelotão de Obras	ST Leandro Macedo da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e em conformidade com a legislação vigente. Entendemos, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades no que tange às exigências.
4.2 Fundamentado em levantamento de mercado através de propostas ou trocas de mensagens de e-mail junto a fornecedores.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A fim de seguir o Processo de Contratação Direta, segundo a lei 14.133, de 1° de Abril de2021, Art. 72. Incisos II, V, VI, VII,

EMPRESA	TOTAL DE SERVIÇOS	VALOR TOTAL	OBS:

MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS EIRELI	1	R$ 3.198,60	Apresentou a pesquisa de preço mais vantajosa para a administração, devido propor um menor valor para a quantidade de serviços exigidos.
NOGUEIRA COM. DE MÁQUINAS E EQUIP IMP EEXP EIRELI	1	R$ 5.020,50	-
ACH COM.IMP. E EXP.LTDA	1	R$ 5.058,39	-

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A contratação objeto do presente Estudo deverá ocorrer por meio de dispensa de licitação.
6.2. Deve incluir o fornecimento de todos os serviços e equipamentos necessários para manutenção dos equipamentos de roçadeira.

6.3. Deve ser trazida aos autos, por ocasião da contratação, toda a documentação destinada a comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, bem como a comprovar a inexistência de óbices para a contratação da empresa pelo órgão ou entidade da Administração, a saber: Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; e, em especial, declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A Equipe de Planejamento da contratação do Cmdo Fron RO/6° BIS elaborou o levantamento com base no de histórico de defeitos que os equipamentos apresentaram nos últimos 3 (três)meses .

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 3.198,60 (três mil cento e noventa e oito reais reais e sessenta centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não há possibilidade de parcelamento da solução, pois a contratação objeto do presente Estudo deverá ocorrer por DISPENSA DE LICITAÇÃO, as contratações diretas em razão do baixo valor, aquelas cujos valores devem ser inferiores aos previstos no art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021 (atualizados pelo Decreto nº 11.871/2022).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foi encontrado, no âmbito desta administração, alguma contratação similar a este processo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aludida contratação está de acordo com o Plano de Contratações Anual – 2023/2024, alinhada com o Objetivo Estratégico do Comando de Fronteira Rondônia/6° Batalhão de Infantaria de Selva no Plano de Gestão 2023/2024 do Cmdo Fron RO/6°BIS, permitindo alcançar resultados mais satisfatórios ao qual esta Organização Militar se propôs, a fim de que possamos cumprir nossa missão social com eficiência e eficácia.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Com a contratação, pretende-se alcançar mais rapidez na execução dos serviços de manutenção das áreas verdes do batalhão, atendendo as condições adequadas à satisfação organizacional desde órgão.

13. Providências a serem Adotadas

A Instituição militar irá indicar quais aparelhos deverão ser receber as manutenções relativas a dispensa solicitada. Ademais, no específico desta contratação não há necessidade de adequação do ambiente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Será adotado as normas ambientais prescritas na guia nacional de contratações sustentáveis da AGU, 3° edição 2020, no que se refere ao descarte e manuseio de produtos eletrônicos objetos desta licitação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.2. Considerando os dados levantados ao longo da elaboração do presente ETP, assim como as informações disponibilizadas no processo administrativo em trâmite do Cmdo Fron R/6° BIS, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3° do Art. 4° do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 12

LEANDRO MACEDO DA SILVA
ENCARREGADO DO PELOTÃO DE OBRAS

Assinou eletronicamente em 18/06/2024 às 15:33:39.

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 13

CMDO FRON RO/6º BIS FL 14

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMDO FRON RO/6º BATALHÃ DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRINCIPE DA BEIRA)

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr. 64268.003128/2024-52)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de serviço de manutenção de roçadeira para atender as demandas do Cmdo Fron RO/6ºBIS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento..

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviço de manutenção de roçadeiras para atender as demandas do Pelotão de Obras do Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva	20109	Sv	1	3.198,60

1.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023/2024.





3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação

4.2. A contratada deverá assegurar o pleno cumprimento das obrigações no prazo estipulado, na quantidade e qualidade dos serviços especificados e contidos no estudo técnico preliminar

4.3. A Contratada deverá obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene, conforto e segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

4.4. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso.

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de Segundas as Quintas-feiras das 08:00 às 16:00, e Sextas-feiras das 08:00 às 12:00.

4.2. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Início da execução do objeto: 15 dias da assinatura do contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços que constam no Estudo Técnico Preliminar, apêndice desta Termo de Referência.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Segundas as Quintas-feiras das 08:00 às 16:00, e Sextas-feiras das 08:00 às 12:00.

CMDO FRON RO/16º BIS FL. 13

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.

CMDO FRON RO/16º BIS FL. 16

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.8.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).





Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

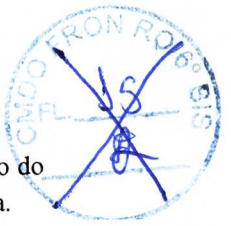
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o [redacted] no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

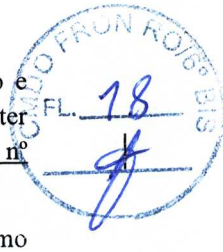
7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15.(quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

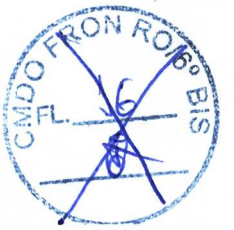
7.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;





7.5.3. Emitir Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

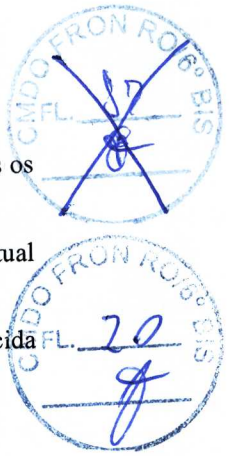
7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do



contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Cessão de crédito

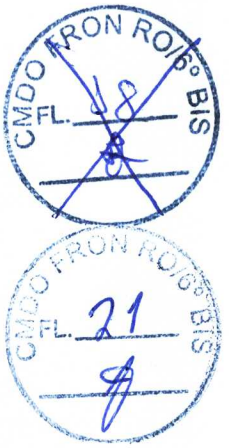
7.21. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.21.1. *As cessões de crédito* não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, *dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.22. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.23. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.24. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:



Habilitação jurídica

8.13. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

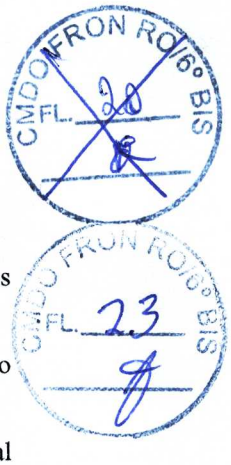
8.21.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.



8.23.

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.25. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.26. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.*

8.26.2. *O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 3.198,60 (três mil cento e noventa e oito reais e sessenta centavos).

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 160346/167346
II) Fonte de Recursos: A Definir;
III) Programa de Trabalho: A Definir;
IV) Elemento de Despesa: A Definir;
V) Plano Interno: A Definir;

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



Guajará- Mirim, RO, 04 de junho de 2024

[redacted]

Equipe de Planejamento da Contratação - Membro

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELO ORDENADOR DE DESPESAS

Aprovo o presente Termo de Referência motivado pelo atendimento claro, conciso e objetivo nos termos do Inc. II, do art. 75, da Lei 14.133/21, pois indica os elementos técnicos fundamentais relativos aos custos, valor estimado, critérios de aceitação do objeto, deveres da contratante e da contratada, fiscalização e gerenciamento da contratação e prazo de execução.

Guajará- Mirim, RO, 4 de JUNHO de 2024.

[redacted]

Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6º BIS

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: Dezembro/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Contratação Direta
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão

Matriz de Gerenciamento de Riscos

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 28

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 25

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos
38/2024

Responsável pela Edição
LEANDRO MACEDO DA SILVA

Data de Criação
31/05/2024 18:17

Objeto da Matriz de Riscos
Contratação de manutenção de roçadeira.

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Realização dos Estudos Técnicos Preliminares em desacordo com as exigência do Setor Requisitante	Inobservância de necessidades da contratação.	Planejamento	Administração	Baixo	

	Impactos	
1	Poderá causar inconformidade administrativa.	
	Ações Preventivas	
P-01	Revisão do processo licitatório pelo responsável pelo lançamento da Dipensa Eletrônica no SIASG, quando o processo é encaminhado à SALC.	**Responsável:** LEANDRO MACEDO DA SILVA
	Ações de Contingência	
C-01	Correção do ETP quando do retorno do processo da SALC.	**Responsável:** LEANDRO MACEDO DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Falta de qualificação dos agentes da administração.	Desqualificação técnica dos agentes da administração envolvidos no processo de compra.	Planejamento	Administração	Baixo	

	Impactos	
1	Processo elaborado em desacordo com todas as norma vigentes.	
	Ações Preventivas	
P-01	Solicitar qualificação de cada agente.	**Responsável:** LEANDRO MACEDO DA SILVA
	Ações de Contingência	
C-01	Conferência dos conhecimentos.	**Responsável:** LEANDRO MACEDO DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Descrição insuficiente do objeto.	Incapacidade técnica do servidor.	Planejamento	Administração	Baixo	

	Impactos	
1	Recebimento do objeto em desacordo com o planejado.	
	Ações Preventivas	
P-01	Procurar informações a respeito das especificações	**Responsável:** LEANDRO MACEDO DA SILVA
	Ações de Contingência	
C-01	Solicitar apoio técnico à pessoas qualificadas.	**Responsável:** LEANDRO MACEDO DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Inexecução total ou parcial do contrato por parte do fornecedor	A não entrega do objeto por parte do fornecedor, ou mesmo a entrega parcial do objeto.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

	Impactos	
1	O não recebimento do objeto e, consequentemente, prejízos aos trabalhos da Administração.	
	Ações Preventivas	
P-01	Enviar Nota de Empenho com as devidas quantidades e especificações, informando também o prazo para entrega.	**Responsável:** LEANDRO MACEDO DA SILVA
	Ações de Contingência	

C-01	Informar o Almoxarife da situação em que se encontra as NE.	**Responsável:** LEANDRO MACEDO DA SILVA	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Itens
R-05	Itens desertos ou fracassados.	Pesquisa de preço fora da média de mercado. Desvantagem econômica para o fornecedor. Especificidade em desacordo com a realidade.	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	

	Impactos	
1	Realização de novo processo de aquisição, por meio de Adesão à Ata SRP ou Dispensa Eletrônica.	
	Ações Preventivas	
P-01	Descrição e valores de mercado de acordo com a realidade.	**Responsável:** LEANDRO MACEDO DA SILVA
	Ações de Contingência	
C-01	Realização de nova pesquisa de preço.	**Responsável:** LEANDRO MACEDO DA SILVA

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

[redacted]

ENCARREGADO DO PELOTÃO DE OBRAS



160, de 16 de outubro de 2020 e alterada pela Portaria – C Ex Nr 1846, de 4 de outubro de 2022:

Valor Total para o Abatimento: R$ 1.028,30;
Mês de Desimplantação do pagamento: maio 2024; e
Mês de Reimplantação do pagamento: outubro 2024.

3º Sgt ANTONIO **CARLOS** DE OLIVEIRA BARROS

Em consequência:
- o Setor de Pagamento de Pessoal providencie a desimplantação e reimplantação dos descontos relativos à modalidade de contrapartida não financeira no período determinado.

e. FÉRIAS - CONCESSÃO

Concedo férias regulamentares referentes ao ano de 2023, ao militar abaixo relacionado:

2º Sgt **JOÃO** PAULO **CARVALHO** BERNARDINO DE LIMA
- Parcela: Parcela única
- Nr de dias: 30 dias
- Desconto: 00 dia
- Deslocamento: 06 dias
- Total: 36 dias
- Dias de férias restantes: 00 dia
- Data de início: 11 JUN 24
- Data de término: 16 JUL 24
- Onde declarou gozá-las: PORTO ALEGRE/RS
- Pronto para o serviço: 17 JUL 24

Em consequência:
- o Ch 1ª Seç, o Cmt SU e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

f. PRÓPRIO NACIONAL RESIDENCIAL - Ocupação

Conforme Termo de Ocupação lavrado nesta data, o militar abaixo relacionado ocupou o Próprio Nacional Residencial, conforme preceitua o Art. 19, da Portaria Nr 277, de 30 de abril de 2008 (IG 50-01) e alterada pela Portaria – C Ex Nr 1846, de 4 de outubro de 2022:

Natureza: Casa;
Tipo: S Ten e Sgt;
Categoria: De uso geral;
Endereço PNR: Av. XV de Novembro, nº 705, Centro;
Data ocupação: 3 MAIO 24;
Data implantação: 3 MAIO 24.

3º Sgt ANTONIO **CARLOS** DE OLIVEIRA BARROS

Em consequência:
- o Setor de Pagamento de Pessoal providencie a implantação dos descontos relativos à ocupação de PNR.

g. CONTRATAÇÃO DIRETA - Autorização

Reconheço a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133/2021, que tem como objeto a Contratação de serviço de manutenção de roçadeira para atender às necessidades do Pelotão de Obras do Comando de Fronteira Rondônia/6° Batalhão de Infantaria de Selva, no valor estimado de R$ 3.198,60 (três mil cento e noventa e oito reais e sessenta centavos), à empresa privada abaixo relacionada:

EMPRESA: MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA
CNPJ: 10.779.165/0002-48
Em consequêcia:
- o Ch 1ª Seç, o Fisc Adm, a SALC e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

h. ARRAÇOAMENTO

Para o dia 21 JUN 24
A Fiscalização Administrativa, providencie o saque dos seguintes quantitativos e complementos às etapas completas.
Quantitativos

CL EFETIVOS	TIPO	QTD	CL EFETIVOS	TIPO	QTD	TIPO	QTD
Of	QR	1	Of	RR	-	C.F	153
S Ten/Sgt	QR	14	S Ten/Sgt	RR	-	C. ESC	-
Cb/Sd	QR	138	Cb/Sd	RR	-	C. HOSP	-

O serviço de aprovisionamento confeccione as refeições correspondentes às seguintes etapas reduzidas (QS): CAFÉ (152); ALMOÇO (52); e JANTAR (59). Fiscal de Sobras e Resíduos: Sgt Dia 2ª Cia Fuz Sl.

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

Sem Alteração

2. DISCIPLINA

PROCESSO DISCIPLINAR

1. DIREITO DE DEFESA
Com o processo nº 60/24, de 11 de junho de 24, do Comandante da Base Administrativa e consoante com o que preconiza o Art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, foi concedido ao Sd EV VINICIUS ZEED **FELIX**, da B Adm, 03 (três) dias úteis de prazo para apresentação por escrito de justificativas e/ou razões de defesa de decisão daquele comando em responsabilizá-lo disciplinarmente, à luz do Decreto nº 4.346, de 26 AGO 02 (Regulamento Disciplinar do Exército - RDE), por ter faltado a missão de apoio à 1ª Cia Fuz Sl de apreensão de madeira no dia 9 de junho de 2024, sem justo motivo.

2. JUSTIFICATIVAS/RAZÕES DE DEFESA – Apresentação
Em sua defesa escrita, o referido militar alegou que ainda estava com dores, uma infecção e informou que não

Autorizo o deslocamento para o município de MANAUS/AM no dia 9 AGO 24, com o objetivo de realizar o Estágio de Habilitação de Identificador de Corpo de Tropa (EHICT), conforme publicado na ORDEM DE SERVIÇO N°002 GIR/12, de 06 de junho de 2024 do Gabinete de Identificação Regional (GIR/12), iniciando no dia 12 AGO 24 e com término previsto em 23 AGO 24, o seguinte militar:



3º Sgt **REINALDO** ROCHA FERNANDES

Em consequência:
- o Ch 1ª Seç, o Cmt SU e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. CONTRATAÇÃO DIRETA

Equipe de Planejamento da Contratação - Designação

Designo os militares abaixo relacionados para comporem a Equipe de Planejamento da Contratação referente ao processo de Dispensa de Licitação (Processo NUP 64268.003128/2024-52), cujo **Objeto** é a Contratação de serviço de manutenção de roçadeiras para atender às necessidades do Pelotão de Obras do Comando de Fronteira Rondônia/6° Batalhão de Infantaria de Selva, conforme previsão contida no Caput e § 1º do Art. 22, da Instrução Normativa nº 05/2017, de 26 de maio de 2017.

S Ten **LEANDRO** MACEDO DA SILVA
Presidente.
3º Sgt **RAVELLE** CARNEIRO TORRES
Membro.

Em consequência:
- a Equipe de Planejamento da Contratação deverá providenciar a documentação abaixo relacionada e entregar no Setor de Licitações do Cmdo Fron RO/6º BIS, conforme previsto no Art. 27 da Instrução Normativa nº 05/2017:
- Documento de Formalização da Demanda;
- Mapa Gerenciamento de Riscos relacionado à fase da Gestão de Contratos;
- Estudos Técnicos Preliminares (ETP); e
- Termo de Referência.
- Prazo de entrada da documentação na SALC: até 10 (dez) dias a contar da data de publicação em BI da OM.
- o Ch 1ª Seç, a SALC, os militares designados e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

b. LICITAÇÃO PÚBLICA

DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO – Ordem

Em cumprimento ao disposto no Art. 117 da Lei 14.133/21, designo o militar abaixo discriminado para acompanhar e fiscalizar a contratação do Objeto "Registro de preços para contatação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, a ser licitado no corrente ano através do Pregão Eletrônico SRP **nº 15/2023** – SALC – Cmdo Fron RO/6º BIS.

3º Sgt JHON **LENNON** DO NASCIMENTO TAVARES
Titular.

- do 4º B Com (Recife-PE), o Cel COM (0204718142) RONALDO ANDRÉ FURTADO;
- do 9º B Com GE (Campo Grande-MS), o Cel COM (0204716740) GIANCARLO NIEDERMEIER BELMONTE;
- do B Es Com (Rio de Janeiro-RJ), o Cel COM (0111021044) MARCELO MERON DE CERQUEIRA;
- do CIGE (Brasília-DF), o Cel COM (0204739841) VALDECIR GREGORY;
- do 1º CTA (Porto Alegre-RS), o Ten Cel QEM Elt (0130776248) DANIEL PETERSON CARVALHO DE MELO;
- do 3º CTA (São Paulo-SP), o Ten Cel COM (0187702436) ELGEN CORRÊA PEÇANHA JUNIOR;
- do 52º CT (Fortaleza-CE), o Ten Cel COM (0113969349) RICARDO LUÍS BARBOSA;
- do BMSA (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QMB (0204728349) NELSON MENDONÇA JUNIOR;
- do DC Mun (Paracambi-RJ), o Cel CAV (0203928445) NILO SARPA ADEODATO;
- do 5º CGCFEx (Curitiba-PR), o Cel SV INT (0204732648) WAGNER SOARES DE AGUIAR;
- do 7º CGCFEx (Recife-PE), o Cel SV INT (0111572244) FRANCISCO ANDRADE MACIEL JÚNIOR;
- do 8º CGCFEx (Belém-PA), o Cel SV INT (0111578746) VINICIUS MAIA CEIA;
- do CECMA (Manaus-AM), o Ten Cel SV INT (0113971642) ANDERSON SIQUEIRA DA SILVA;
- do B DOMPSA (Rio de Janeiro-RJ), o Cel SV INT (0111544540) EUDSON BEZERRIL DE MELO SOARES;
- do ECT (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel SV INT (0113999148) NOÉ BISPO DA SILVA;
- do 2º B Sup (São Paulo-SP), o Cel SV INT (0204736847) CRISTIANO ANDRADE ROCHA;
- do 3º B Sup (Nova Santa Rita-RS), o Cel SV INT (0111543948) EDUARDO RODRIGUES DA SILVA;
- do 9º B Sup (Campo Grande-MS), o Cel SV INT (0111572541) GEORGE HENRIQUE DE SOUZA CORDEIRO;
- do 6º D Sup (Salvador-BA), o Cel SV INT (0204724645) RONALDO MATHIAS DA PAZ DE BARROS;
- do 7º D Sup (Recife-PE), o Cel SV INT (0204746747) VINICIUS DE MORAES CUNHA;
- do 8º D Sup (Belém-PA), o Ten Cel SV INT (0521426841) ANTÔNIO AUGUSTO ALVES CESCHIN;
- do 10º D Sup (Fortaleza-CE), o Cel SV INT (0204738942) PAULO VLADIMIR SOUSA DA SILVA;
- do 11º D Sup (Brasília-DF), o Cel SV INT (0203896345) ALEXANDRE DE OLIVEIRA BLEASBY;
- do DSSA (Santo Ângelo-RS), o Ten Cel SV INT (0113997944) ALESSANDRO GIORDANI HERMES;
- da 16ª Ba Log (Tefé-AM), o Ten Cel SV INT (0114832942) LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS;
- da 17ª Ba Log (Porto Velho-RO), o Cel QMB (0724666441) ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA;
- do 1º B Log Sl (Boa Vista-RR), o Cel INF (0204720940) HERBERT DE SOUZA LEMOS;
- do 2º B Log L (Campinas-SP), o Cel QMB (0204715544) VANDERSON GIACOMINI SAVIOLI;
- do 3º B Log (Bagé-RS), o Cel CAV (0203295845) SERGIO WILSON DOS SANTOS;
- do 5º B Log (Curitiba-PR), o Ten Cel QMB (0520589540) RONY CHRISTIAN NEITZKE;
- do 9º B Log (Santiago-RS), o Cel CAV (0203907845) FABIO DE MELO TORRES TEIXEIRA;
- do 10º B Log (Alegrete-RS), o Cel QMB (0111559241) WILSON ANDRÉ BARREIROS RIBEIRO;
- do 15º B Log (Cascavel-PR), o Cel QMB (0204725949) CRISTIANO MAURI DA SILVA;
- do 16º B Log (Brasília-DF), o Ten Cel QMB (0113979744) VINICIUS JOSÉ NEGRINI SOARES;
- do 17º B Log L - Mth (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel INF (0113974943) FÚLVIO AUGUSTO NASCIMENTO;
- do 23º B Log Sl (Marabá-PA), o Cel QMB (0204723449) LEONARDO TOLEDO DE MELO RAMOS;
- do 25º B Log (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Cel ART (0111560645) ANTÔNIO CLÁUDIO DE SÁ MOREIRA;
- do 27º B Log (Curitiba-PR), o Cel QMB (0204720049) DOUGLAS FRANCISCO RAICOSKI JUNIOR;
- do 1º BAC (Goiânia-GO), o Cel INF (0204741342) FABIO GLADZIK;
- do B Ap Op Esp (Goiânia-GO), o Cel CAV (0204733042) ALLAN CAMILO RODRIGUES;
- do 1º B Av Ex (Taubaté-SP), o Ten Cel INF (0113978944) RICARDO DE AMORIM ARAÚJO PEREIRA;
- do 2º B Av Ex (Taubaté-SP), o Ten Cel ART (0113971444) ANDERSON EUFRÁSIO DE OLIVEIRA;
- do 4º B Av Ex (Manaus-AM), o Cel INF (0590609533) ANDRE LUIZ GRENTESKI;
- do B Mnt Sup Av Ex (Taubaté-SP), o Ten Cel COM (0113981245) ANDERSON SILVEIRA LAGO;
- da Ba Av T (Taubaté-SP), o Ten Cel COM (0113979843) VINÍCIUS LACERDA VASQUEZ;
- do Nu 4º B Intlg Mil (Manaus-AM), o Ten Cel INF (0130547144) NAPOLEÃO MARQUES DE CARVALHO FILHO;
- da AGITEC (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QEM Mec Armt (0114576143) ALDÉLIO BUENO CALDEIRA;
- da EsIE (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0195332838) VICENTE DE PAULO SOUZA DA SILVA SANTOS;
- da EsEFEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0204752646) EDSON AITA;
- do CPOR / R (Recife-PE), o Ten Cel CAV (0113991145) ALLAN DE ALMEIDA SERRÃO;
- da BIBLIEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel ART (0203905344) EDUARDO BISERRA ROCHA;
- do M N M S G M (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0186614137) SADY GUILHERME SCHMIDT JUNIOR;
- do BCSv/AMAN (Resende-RJ), o Cel INF (0203410840) ARTHUR LUIZ PALMEIRA LEITE;
- do AGGC (General Câmara-RS), o Ten Cel QEM Mec Armt (0130775943) NEI ALTIERI PEREIRA DOS SANTOS;
- do AGSP (Barueri-SP), o Cel QEM Eng Aer (0203690847) ELIEZER MELLO DE SOUZA;
- do Pq R Mnt / 10ª RM (Fortaleza-CE), o Cel QMB (0111575247) LUÍS FERNANDO GOUVÊA;
- da CRO / 1ª RM (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QEM FC (0204751341) RUI CUNHA MACEDO JÚNIOR;
- da CRO / 3ª RM (Porto Alegre-RS), o Ten Cel QEM FC (0115419640) RODRIGO PEREIRA LOPES;
- da CRO / 7ª RM (Recife-PE), o Cel QEM FC (0112836648) BRUNO BEZERRA DE MELO;
- da CRO / 9ª RM (Campo Grande-MS), a Cel QEM FC (0114576341) ANA MARIA ABREU JORGE TEIXEIRA;
- da CRO / 12ª RM (Manaus-AM), o Ten Cel QEM FC (0115407546) MARCELO AUGUSTO DE MELLO;
- da B Adm Ap/CMN (Belém-PA), o Cel INF (0858426034) LUCIANO DA SILVA MELLO;
- da B Adm Ap Ibirapuera (São Paulo-SP), o Cel INF (0111021846) MARCIO WAKAI;
- da B Adm Ap/CMP (Brasília-DF), o Cel COM (0204752745) ERNESTO PASTL NETO;
- da B Adm Ap/1ª RM (Rio de Janeiro-RJ), o Cel ART (0111050449) PAULO SERGIO GOMES DE CARVALHO;
- da B Ap R Sorocaba (Sorocaba-SP), o Cel INF (0195389234) RODRIGO DA SILVA OLIVEIRA;
- da B Adm Cmdo Op Esp (Goiânia-GO), o Cel INF (0111030045) JULIO CEZAR MEDEIROS DOS SANTOS;
- da B Adm Gu João Pessoa (João Pessoa-PB), o Cel INF (0858351836) EVERTON LUIS NAVARRO DE ALMEIDA;
- da B Adm Gu Natal (Natal-RN), o Cel CAV (0111027843) EVALDO FORTUNATO CAMPOS;
- da PMZS (Rio de Janeiro-RJ), o Cel ENG (0200221646) MARCELO JOSÉ VIDAL DOS SANTOS PINTO;
- do H Mil A MANAUS (Manaus-AM), o Cel MED (0858633936) ALBINO JOSÉ DA CRUZ RENDEIRO;
- do H Ge BELEM (Belém-PA), o Cel MED (0419869649) JOSÉ RICARDO LOPES;
- do H Ge JUIZ DE FORA (Juiz de Fora-MG), a Cel MED (1154970329) YAMAR EIRAS BAPTISTA;
- do H Ge SALVADOR (Salvador-BA), o Cel ENG (0203684345) ALERRANDRO LEAL FARIAS;
- do H Ge Sta Maria (Santa Maria-RS), o Cel QMB (0203691548) ERON PACHECO DA SILVA;
- do H Gu ALEGRETE (Alegrete-RS), a Maj MED (0131595647) FERNANDA FERREIRA FAGUNDES;
- do H Gu BAGE (Bagé-RS), o Cel QCO Enf (0115311136) WALDIMIR DE MEDEIROS COELHO JUNIOR;
- do H Gu JOÃO PESSOA (João Pessoa-PB), a Ten Cel MED (0130959844) RENATA CRISTINA DE ALMEIDA MARTINS SCHMIDT;
- do H Gu MARABA (Marabá-PA), o Ten Cel MED (0318838042) MARCIO RIBEIRO TONIAZZO;
- do H Gu SANTIAGO (Santiago-RS), o Ten Cel DENT (0317614741) SERGIO EDUARDO MESQUITA ZANINI;
- do H M R (Resende-RJ), o Cel MED (1275608337) JOÃO LUIZ DA SILVA JUNIOR;
- do H Cmp (Rio de Janeiro-RJ), a Cel MED (0113857742) OCILENE VARGAS PEREIRA;
- da Pclin MN (Niterói-RJ), o Cel MED (0195487830) LEOPOLDO MONTEIRO VILLELA JUNIOR;
- da Pclin MPA (Porto Alegre-RS), o Cel MED (0332183946) RICIERI LEANDRO BAZZAN;
- do IBEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel FARM (0148276025) ALBERTO MAGNO LOBO COLARES;
- da OCEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel DENT (0196119432) RENATO ALVES DA ROCHA ALMEIDA;
- do CIBSB (Rosário do Sul-RS), o Ten Cel CAV (0926173949) MARCELO MATTOS MATHIAS PEREIRA;
- do CIJF / CEAC (Juiz de Fora-MG), o Cel ART (0111051546) RONALDO DA SILVA PIRES;
- do CIMH (Três Barras-SC), o Ten Cel CAV (0114000144) WILSON CAVA; e
- do CISM (Santa Maria-RS), o Cel CAV (0111047346) JEFERSON MENEZES DA SILVA.

Gen Ex MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES

PORTARIA - C EX Nº 485, DE 12 DE MAIO DE 2022

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015, e considerando o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve

NOMEAR,

por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe, Diretor ou Prefeito das Organizações Militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

- do 1º BIS (Manaus-AM), o Ten Cel INF (0113969943) RUI CESAR RECH;
- do 2º BIS (Belém-PA), o Ten Cel INF (0112687546) RODRIGO CÉSAR DE OLIVEIRA RIBEIRO;
- do 3º BIS (Barcelos-AM), o Maj INF (0130884141) RODRIGO MAGALHÃES;
- do 24º BIS (São Luís-MA), o Ten Cel INF (0195456330) BRUNO KREPKE LEIROS PEIXOTO;
- do Cmdo Fron ACRE / 4º BIS (Rio Branco-AC), o Ten Cel INF (0114803240) ELMIR LEANDRO MOREIRA XAVIER;
- do Cmdo Fron RIO NEGRO / 5º BIS (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel INF (0114801947) CARLOS ROBERTO BRAZ JÚNIOR;
- do Cmdo Fron RONDONIA / 6º BIS (Guajará-Mirim-RO), o Ten Cel INF (0196637235) FLAVIO HENRIQUE MAGALHÃES VALLE;
- do Cmdo Fron RORAIMA / 7º BIS (Boa Vista-RR), o Ten Cel INF (0113997548) LUCIANO MELO DE OLIVEIRA JUNIOR;
- do 2º BI Mtz (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Maj INF (0113647846) MARCUS VINICIUS DO NASCIMENTO MONTEIRO;
- do 9º BI Mtz (Pelotas-RS), o Ten Cel INF (0521386748) EDUARDO MENNA BARRETO;
- do 14º BI Mtz (Jaboatão dos Guararapes-PE), o Ten Cel INF (0187556139) JOEL CAJAZEIRA FILHO;
- do 19º BI Mtz (São Leopoldo-RS), o Ten Cel INF (0114829740) CELSO BRASIL NASCIMENTO;
- do 20º BIB (Curitiba-PR), o Ten Cel INF (0520845546) GILSON TOMELIN;
- do 22º BI (Palmas-TO), o Ten Cel INF (0113983746) EDMUR BENITES RAMOS;
- do 25º BC (Teresina-PI), o Ten Cel INF (1275466736) SERGIO ROBERTO ROSAS TARABOSSI;
- do 25º BI Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0113973747) FÁBIO DE SOUZA E SILVA;
- do 28º BIL (Campinas-SP), o Ten Cel INF (0114813942) GUILHERME AUGUSTO MAGALHÃES AMARAL;
- do 29º BIB (Santa Maria-RS), o Ten Cel INF (1182732030) RAFAEL DE UZÊDA ALMEIDA PINTO;
- do 30º BI Mec (Apucarana-PR), o Ten Cel INF (0114791346) ALEXANDRE PEREIRA FIGUEIREDO;
- do 31º BI Mtz (Campina Grande-PB), o Ten Cel INF (0114816648) PABLO MOURA PINHEIRO;
- do 32º BIL - Mth (Petrópolis-RJ), o Ten Cel INF (0111291845) CARLOS OTÁVIO MACEDO DE SOUSA;
- do 33º BI Mec (Cascavel-PR), o Ten Cel INF (0114818040) RODRIGO LIMA FRANÇA;
- do 34º BI Mec (Foz do Iguaçu-PR), o Ten Cel INF (1182925337) FELIPE RIMOLO COSENDEY;
- do 36º BI Mec (Uberlândia-MG), o Ten Cel INF (0724569843) FELIPE ROSA BARROSO MAGNO;
- do 37º BIL (Lins-SP), o Ten Cel INF (0130301146) CLEVERTON SANTOS DIAS;
- do 40º BI (Crateús-CE), o Ten Cel INF (1010958849) ADRIANO MARTINELLI;
- do 41º BI Mtz (Jataí-GO), o Ten Cel INF (0194285433) EDSON PAULO QUEIROZ SILVA DE SÁ;
- do 44º BI Mtz (Cuiabá-MT), o Ten Cel INF (0114796048) LUÍS FERNANDO TAVARES FERREIRA;
- do 47º BI (Coxim-MS), o Ten Cel INF (0113634547) MARCUS VINICYUS ALVES FERREIRA;
- do 55º BI (Montes Claros-MG), o Ten Cel INF (0114831647) HENRIQUE DE QUEIROZ HENRIQUES;
- do 58º BI Mtz (Aragarças-GO), o Ten Cel INF (0113970248) WAGNER SIQUEIRA MARÇAL;
- do 59º BI Mtz (Maceió-AL), o Ten Cel INF (1010713343) ADELMO DE SOUSA CARVALHO FILHO;
- do BGP (Brasília-DF), o Ten Cel INF (0113978449) NÉLIO MOURA BERTOLINO;
- do 1º BG (Rio de Janeiro-RJ), o Maj INF (1275845335) ÉRICO MERCÊS SARAIVA DE AQUINO;
- do 1º BPE (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0130534241) GUSTAVO ANDRADE DE LIMA;
- do 3º BPE (Porto Alegre-RS), o Ten Cel INF (0114807340) RENAN RODRIGUES DE OLIVEIRA;
- do 4º BPE (Recife-PE), o Ten Cel INF (0130289846) VALMAR BARBOSA CATUNDA JÚNIOR;
- da Cia Prec Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Maj INF (0114458045) EVERTON PIMENTA REIS;
- da 1ª Cia Inf (Paulo Afonso-BA), o Ten Cel INF (1010937249) VALDENOR MATIAS RIBEIRO DE SOUZA JÚNIOR;
- da 2ª Cia Fron (Porto Murtinho-MS), o Ten Cel INF (0858607930) DORGIVAL DAS NEVES FRANCO JUNIOR;
- da 15ª Cia Inf Mtz (Guaíra-PR), o Ten Cel INF (0130549140) VÍTOR DE PAULA TARGUETA;
- do 1º RC Mec (Itaqui-RS), o Maj CAV (0332601145) ANDERSON ESCOBAR VARGAS;
- do 2º RC Mec (São Borja-RS), o Ten Cel CAV (0130538945) DIEGO PIPPI LORENZONI;
- do 4º RCB (São Luiz Gonzaga-RS), o Ten Cel CAV (1126569043) DIEGO MORAIS DUARTE;

c. OFICIAIS

1) EXONERAÇÃO DE COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO MILITAR - Transcrição

"Portaria - C Ex Nº 484, de 12 de maio de 2022

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o Art 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015, e considerando o disposto no Art 4º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve

EXONERAR,

Por necessidade do serviço, ex officio, do desempenho dos cargos de Comandante, Chefe, Diretor ou Prefeito das Organizações Militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

- do C Fron Rondônia/6º BIS (Guajará-Mirim-RO), o Cel Inf (0204735542) **LERICHE** ALBUQUERQUE BARROS."

(Transcrito do Boletim do Exército nº 21, de 27 MAIO 22)

2) NOMEAÇÃO DE COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO MILITAR – Transcrição

"Portaria - C Ex Nº 485, de 12 de maio de 2022

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o Art 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015, e considerando o disposto no Art 4º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve

NOMEAR,

Por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe, Diretor ou Prefeito das Organizações Militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

- do C Fron Rondônia/6º BIS (Guajará-Mirim-RO), o Ten Cel Inf (0196637235) FLAVIO HENRIQUE MAGALHÃES VALLE;"

(Transcrito do Boletim do Exército nº 21, de 27 MAIO 22)

2) NOMEAÇÃO DE COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DE OM - VALOR UNIDADE - Transcrição

"-1ª RM

Providências a cargo da OM / UG de origem do militar

Posto A/Q/S	IDT	NOME	OM ORIGEM CIDADE-UF	OM DESTINO CIDADE-UF	LEGENDA (OBS)
Ten Cel Inf	019663723-5	FLAVIO HENRIQUE MAGALHÃES VALLE	Cmdo Bda Inf Pqdt Rio de Janeiro-RJ	Cmdo Fron RO/6º BIS Guajará-Mirim-RO	10 41 57 167 (28597) (29279)

Legendas:
10 - Despesas por conta da cota distribuída pelo DGP a DCEM. Caso o planejamento orçamentário disponibilizado no SIPEO seja menor que o valor a que o militar faz jus, a OM de vinculação deverá solicitar, por DIEx, via RM de vinculação, um complemento pecuniário com as devidas justificativas. Caso o planejamento seja maior e/ou o valor das passagens não seja utilizado, a OM deverá solicitar por mensagem SIPEO, o recolhimento dos valores que não serão utilizados.
41 - Por necessidade do serviço, ex officio.

Em seguida, as bandeiras inservíveis foram incineradas pelo S Ten **GIOVANNI** DE MENEZES VASCONCELLOS, Praça mais antiga do Batalhão.

Na oportunidade, foram entregues condecorações aos militares do Exército Brasileiro. Encerrando a solenidade, a tropa entoou o Hino à Bandeira.

"Salve lindo pendão da esperança! Salve símbolo augusto da paz!"

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 32

10) Cmdo Fron RO/6º BIS - Dia do Quadro Auxiliar de Oficiais e Término 1º Fase CFST

Guajará-Mirim/RO- No dia 24 de novembro do corrente ano, o Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva - "Batalhão Forte Príncipe da Beira" realizou uma formatura em comemoração ao Dia do Quadro Auxiliar de Oficiais oficialmente celebrado em 24 de novembro e o término da 1º Fase do Curso de Formação Sargentos da OM.

Durante a formatura, permaneceram em posição de destaque os Oficiais do QAO: 1º Ten **AGABE**, 1º Ten **ANDRÉ**, 2º Ten **RONALDO** e o 2º Ten **SANTOS**, além dos 8 alunos do CFST.

Na oportunidade, o Cel **LERICHE**, Cmt Cmdo Fron RO/6º BIS, cumprimentou os militares em destaque e ressaltou a importância dos Oficiais do QAO para o Exército e reforçou a confiança e responsabilidade depositada nos futuros Sargentos da Unidade.

11) Cmdo Fron RO / 6º BIS - Passagem de Comando do 1ºPEF

Costa Marques/RO - No dia 29 de novembro de 2022 ocorreu a passagem de Comando do 1º Pelotão Especial de Fronteira - Real Forte Príncipe da Beira - em Costa Marques/RO.

Inicialmente foi realizada a cerimônia de inauguração do retrato do Cmt sucedido na galeria dos Ex-Cmt PEF. Ato seguido foi realizado a inauguração da placa com os nomes de todos os integrantes do Pelotão em 2022.

Por fim, foi realizada a solenidade de Passagem de Comando.

Na oportunidade, o 1º Ten GABRIEL **ROCHA BARBOSA** passou o comando para o 2º Ten DANIEL ARAÚJO **REZENDE**.

O evento foi presidido pelo Cel **LERICHE**, Cmt do Cmdo Fron RO/6º BIS e contou com a presença de familiares e integrantes da comunidade local.

(Nota nº 11-Com Soc/C Fron RO/6º BIS, de 13 DEZ 22)

b. OFICIAIS

1) EXONERAÇÃO DE COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO MILITAR - Transcrição

"Portaria - C Ex Nº 484, de 12 de maio de 2022

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o Art 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015, e considerando o disposto no Art 4º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve

EXONERAR,

Por necessidade do serviço, ex officio, do desempenho dos cargos de Comandante, Chefe, Diretor ou Prefeito das Organizações Militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

- do Cmdo Fron Rondônia/6º BIS (Guajará-Mirim-RO), o Cel Inf (0204735542) **LERICHE** ALBUQUERQUE BARROS."

(Transcrito do Boletim do Exército nº 21, de 27 MAIO 22)

2) PASSAGEM DE MATERIAL, TRANSMISSÃO DE ENCARGOS E DE VALORES - Apresentação

a) Apresentaram-se, no dia 19 DEZ 22, por término do prazo para a passagem de material, transmissão de encargos e de valores da função de Ordenador de Despesas, do Cmdo Fron-RO/6º BIS, os seguintes militares:

Cel **LERICHE** ALBUQUERQUE BARROS - Substituído

Ten Cel FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES **VALLE** - Substituto

b) Apresentaram-se, no dia 19 DEZ 22, por término do prazo para a passagem de material, transmissão de encargos e de valores da função de S Cmt do Cmdo Fron-RO/6º BIS, os seguintes militares:

Ten Cel LÚCIO ARAÚJO **AIRES** - Substituído
Ten Cel MARCELO **MARCANT** DA SILVA - Substituto

Em consequência:
- o EM, Cmt SU, os Ch Seç e os demais interessados tomem conhecimento e as providências julgadas cabíveis.

3) PASSAGEM DE COMANDO

Entrego, em 19 DEZ 22, o Comando do Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva, Batalhão Forte Príncipe da Beira, ao Ten Cel Inf FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES **VALLE**, com todas as ordens em vigor.

Em consequência:
- o EM, Cmt SU, os Ch Seç e os demais interessados tomem conhecimento e as providências julgadas cabíveis.

c. SUBTENENTES E SARGENTOS

1) FÉRIAS - Apresentação

Apresentou-se em 14 DEZ 22, por término de 30 (trinta) dias de férias e 08 (oito) dias de deslocamento, relativas ao ano de 2021, e encontra-se pronto para o serviço, o seguinte militar:

3º Sgt MICHAEL JOSÉ **FURTADO**

(Nota nº 611-Sgte B Adm/B Adm/C Fron RO, de 14 DEZ 22)

2) DISPENSA MÉDICA - Concessão

Fica dispensado, conforme orientação médica prescrita em atestado, de TFM, TAF, marcha, formatura e esforço físico por 05 (cinco) dias, a contar de 15 DEZ 22, estando pronto para as respectivas atividades no 20 DEZ 22, o seguinte militar:

2º Sgt DANIEL **BRAGA** PONTES

(Nota nº 617-Sgte B Adm/B Adm/C Fron RO, de 15 DEZ 22)

d. CABOS E SOLDADOS

Sem alteração

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. PASSAGEM DE MATERIAL, TRANSMISSÃO DE ENCARGOS E DE VALORES - Concessão

1) Concedo, a contar de 16 DEZ 22, o prazo de até 04 (quatro) dias úteis, para a transmissão de encargos e de valores, relativos à função de Cmt do 3º Pel da 1ª Cia Fuz Sl, do Cmdo Fron-RO/6º BIS, conforme prescreve o Inciso III, do Art 131, da Port C Ex nº 1.555, de 9 JUL 21 (RAE), aos seguintes militares:

2º Ten VICTOR **LABES** - Substituído
2º Ten **WILDSON** ALVES BARBOSA DE MORAIS - Substituto

Em consequência:
- os Cmt SU, os militares supracitados e os demais interessados tomem conhecimento e as providências necessárias.

(Nota nº 557-Sgte 1ªCia/1ªCiaFuzSl/C Fron RO, de 16 DEZ 22)

2) Concedo, a contar de, 12 DEZ 22, o prazo de até 20 (vinte) dias úteis, para a transmissão de encargos e de valores, relativos à função de Encarregado de Material da B Adm, do Cmdo Fron RO/6º BIS, conforme

CMDO FRON RO/6° BIS
FL. 34

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMDO FRON RO/6° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA)

COMPATIBILIDADE COM A LOA, PPA E LDO

DISPENSA DIRETA DE LICITAÇÃO 12/2024
NUP 64268.003128/2024-52

Declaro para os devidos fins, com base no disposto no Art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e para efeitos da realização desta Dispensa de Licitação, que a despesa tem adequação orçamentária e financeira atual – Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Guajará-Mirim/RO, 20 de junho de 2024

[redacted]

Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6° BIS

CMDO FRON ROI 6º BIS FL. 35
CMDO FRON ROI 6º BIS FL. 35

PROPOSTA COMERCIAL

Cliente: COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BATALHAO DE INFANTARIA E SELVA. COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS
CNPJ.: 09.567.156/0001-23 Endereço: LEOPOLDO DE MATOS nº 2329 Estado: RO

ÍTEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MÃO DE OBRA	QUANT. SERV	V.TOTAL
1	CONTRATAÇAO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS COM FORNECIMENTO DE PÇAS: CORDA ARNQUE; KIT CILINDRO COMPLETO;VIRABREQUIM; RETENTOR DO VIRA. L/E; RETENNTO DO VIRA L/D; ROLAMENTO 6201/C3; CARBURADOR; VELA ING B6HS;EMBREAEM;ACELERADOR COMPLETO;MANGUEIRA;CACHIMBO DE VELA;CONEÇÃO DO CARBURADOR FS 220;MOLA EMBREAGEM.	R$ 1.066,20	3	R$ 3.198,60

VALOR TOTAL DE SERVIÇO E PRODUTO DE R$ TRÊS MIL CENTO E NOVENTA E OUTRO REIAS E SESSENTA CENTAVOS. R$ 3.198,60

10.773 [illegible]/0002-48
MERCONORTE DISTRIBUIDORA
DE FERRAGENS EIRELI
Av Beira Rio nº 327
[illegible] 76.850-000
[illegible] - RO

Jefferson Müller Guimarães
Cel: (69) 99287-2700
Gerente

COMANDO FRON RO/6 BIS FL. 36

PROPOSTA COMERCIAL

Cliente: COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BATALHAO DE INFANTARIA E SELVA. COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS
CNPJ.: 09.567.156/0001-23 Endereço: LEOPOLDO DE MATOS nº 2329 Estado: RO

ÍTEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MÃO DE OBRA	QUANT. SERV	V.TOTAL
1	CONTRATAÇAO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS COM FORNECIMENTO DE PÇAS: CORDA ARNQUE; KIT CILINDRO COMPLETO;VIRABREQUIM; RETENTOR DO VIRA. L/E; RETENNTO DO VIRA L/D; ROLAMENTO 6201/C3; CARBURADOR; VELA ING B6HS;EMBREAEM;ACELERADOR COMPLETO;MANGUEIRA;CACHIMBO DE VELA;CONEÇÃO DO CARBURADOR FS 220;MOLA EMBREAGEM.	R$ 1.686,13	3	R$ 5.058,39
	VALOR TOTAL DE SERVIÇO E PRODUTO DE R$ CINCO MIL E OITENTA E OITO REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS			R$ 5.058,39

14.690.345/[illegible]1-29
ACH Comercio Importação
E Exportação Ltda
Av: Dr.º Mendonça Lima
Nº. 39 B:Centro
CEP: 76.850-000
GUAJARÁ – MIRIM - RO

Proposta comercial

Cliente: Comando de fronteira Rondônia/6 batalhão de infantaria de selva.

Comando de fronteira Rondônia/6 Bis.

CNPJ:09.567.156/0001-23 Endereço: Leopoldo de matos n:2339 Estado:RO

ITEM: 1

DESCRIÇÃO DE OBRA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS:

CORDA RANQUE

KIT CILINDRO COMPLETO

VIRABREQUIM

RETENTOR VIRA.L/E

RETENTOR VIRA.L/D

ROLAMENTO 6201/C3

CARBURADOR

VELA ING B6HS

EMBREAGEM

ACELERADOR COMPLETO/ MANGUEIRA/CACHIMBO DE VELA/

MOLE EMBREAGEM/CONECÇAO CARBURADOR.

MÃO DE OBRA: 600RS

QUANT.SERV: 1

V.TOTAL: 5.020,50

VALOR TOTAL DO SERVIÇO E PRODUTOS R$ 5.020,50(CINCO MIL REAIS E CINQUENTA CENTAVOS.)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA RONDÔNIA/6º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA)

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 34

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 38

(Processo Administrativo Nº 64268.003128/2024-52)

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CAT MAT	UND	QTD	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	MENOR VALOR	TOTAL
1	Contratação de serviço de manutenção de roçadeiras com fornecimento de peças	20109	Sv	1	R$ 3.198,60	R$ 5.020,50	R$ 5.058,39	R$ 3.198,00	R$ 3.198,60
TOTAL: 3.198,60									

Guajará-Mirim, RO, 4 de Junho de 2024.

[redacted]

Encarregado do Pelotão de Obras

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA RONDÔNIA/6º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA)

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 38

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 39

JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. OBJETO DA DISPENSA

A contratação de serviços de manutenção de roçadeiras para a Organização Militar, objeto da presente requisição, pelo Encarregado do Pelotão de Obras do Comando de Fronteira Rondônia/ 6º Batalhão de Infantaria de Selva, justifica-se pela necessidade de atender a necessidade de vida vegetativa do Comando de Fronteira Rondônia/ 6º Batalhão de Infantaria de Selva.

2. AMPARO

A presente DISPENSA DE LICITAÇÃO é validada pelo Inciso II do Art. 75 e parágrafo 2º do Art. 95, ambos da Lei 14.133/2021.

Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/2021:
"Art. 75 - É dispensável a licitação:
II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. (Valor atualizado para R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) por meio do Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023".
"Art. 95 - O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:
§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) ".

2.1 O Estudo Técnico Preliminar foi inserido no processo haja vista a previsão legal constante no Inciso I, do Art 14, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DEAGOSTO DE 2022 onde a referida norma estabeleceu ser facultativo ao administrador confeccionar ou não o Estudo Técnico Preliminar para despesas constantes dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 Justifica-se a realização de dispensa de licitação para a contratação de serviços de revisão de motor e solda de alumínio nas embarcações, conforme as seguintes considerações:

A) A necessidade de aquisição dos serviços de revisão de motor de popa e solda de alumínio se faz necessária devido a pesquisa realizada no PAINEL DE PREÇOS e com Fornecedores locais, apresentado e comprovadamente vantajoso, não contemplado pelos pregões vigentes desta OM.

B) Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, apesar de que uma licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressalvar que, apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo (até por ser conhecidamente mais demorado), sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo.

C) O custo econômico e temporal de uma licitação, cuja demora poderá acarretar a ineficácia da contratação.

D) A redução de gastos e simplificação administrativa, a rapidez na contratação e otimização dos gastos públicos, atualidade dos preços dentre outras.

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 39

3. CONCLUSÃO

Justificadamente, portanto, opta-se por **FAZER UMA CONTRATAÇÃO DIRETA POR MEIO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**, valendo-se do Art.75, inciso II, e Art. 95, parágrafo 2º, que trata das constratações de pequeno valor, ambos da Lei 14.133/21.

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 40

Guajará-Mirim, RO, 04 de junho de 2024.

[redacted]

OD do Cmdo Fron RO/6 BIS

RONDÔNIA
Governo do Estado

Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CRIADO FRON ROJ BIS
FL. 41

CERTIDÃO POSITIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS COM EFEITO NEGATIVO (NOS TERMOS DO ART. 206 DA LEI 5172-CTN)

Certidão Número: **20245301203456**
Código de Controle: **301203456**
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: **10779165000248**
Nome ou Razão Social: **MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA**

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, que na presente data CONSTAM débitos vencidos do interessado, inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado ou não, cuja exigibilidade se encontra suspensa nos termos do artigo 151 da lei 5172, de 25 de outubro de 1966.

Emitida em.: 27/06/2024 08:17:22
Validade....: 25/09/2024

Certidão emitida com base na Instrução Normativa Nº 12/2021/GAB/CRE

Imprimir Fechar Janela

CÍVEL FORO CENTRAL POA/RS
FL. 42

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.779.165/0001-67
Certidão nº: 45270325/2024
Expedição: 27/06/2024, às 09:45:17
Validade: 24/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.779.165/0001-67, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FL. 93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA
CNPJ: 10.779.165/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:44:30 do dia 26/06/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/12/2024.
Código de controle da certidão: **D8C4.9C7A.1899.FDFC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FL. 44

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA
CNPJ: 10.779.165/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:59:06 do dia 19/06/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/12/2024.
Código de controle da certidão: **7436.FB15.5973.9C20**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FL. 95

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA
CNPJ: 10.779.165/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 23:12:33 do dia 15/06/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/12/2024.
Código de controle da certidão: **29D2.174B.ECB2.C577**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

JUÍZO FRON RO/6ª BIS
FL. 46

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.779.165/0001-67
Razão Social: MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA
Endereço: AV MARECHAL RONDON 1571 / CENTRO / JI-PARANA / RO / 76900-121

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/06/2024 a 14/07/2024

Certificação Número: 2024061502011570254212

Informação obtida em 27/06/2024 09:42:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

CRPO FRON RO/6º BIS FL. 97

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**10.779.165/0001-67**	DUNS®:	**899875528**
Razão Social:	**MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA**		
Nome Fantasia:	**MACHADAO**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**29/05/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**07/09/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**14/07/2024**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**23/11/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**20/08/2012** (*)
Receita Municipal	Validade:	**21/07/2012** (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Sem Informação

CPF: 107.XXX.XXX-48 Nome: CAIO CESAR DE SALES VAZ

Ass: _____

CAIXA FRONTEIRA BIS
FL. 48

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: **10.779.165/0001-67** DUNS®: **899875528**
Razão Social: **MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA**
Nome Fantasia: **MACHADAO**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **29/05/2025**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Demais**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R$ 600.000,00** Data de Abertura da Empresa: **23/04/2009**
CNAE Primário: **4661-3/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO; PARTES E PEÇAS**

CNAE Secundário 1: **3314-7/11 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E**
CNAE Secundário 2: **4530-7/01 - COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS**
CNAE Secundário 3: **4530-7/03 - COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS**
CNAE Secundário 4: **4530-7/04 - COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS**
CNAE Secundário 5: **4530-7/05 - COMÉRCIO A VAREJO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-**
CNAE Secundário 6: **4541-2/06 - COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS**
CNAE Secundário 7: **4619-2/00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO**
CNAE Secundário 8: **4623-1/06 - COMÉRCIO ATACADISTA DE SEMENTES, FLORES, PLANTAS**
CNAE Secundário 9: **4623-1/09 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS**
CNAE Secundário 10: **4642-7/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA**
CNAE Secundário 11: **4644-3/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS**
CNAE Secundário 12: **4645-1/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS**
CNAE Secundário 13: **4647-8/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E**
CNAE Secundário 14: **4649-4/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS**
CNAE Secundário 15: **4649-4/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRÔNICOS DE**
CNAE Secundário 16: **4649-4/03 - COMÉRCIO ATACADISTA DE BICICLETAS, TRICICLOS E**
CNAE Secundário 17: **4649-4/04 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÓVEIS E ARTIGOS DE**
CNAE Secundário 18: **4649-4/99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E**
CNAE Secundário 19: **4663-0/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**
CNAE Secundário 20: **4664-8/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E**
CNAE Secundário 21: **4665-6/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**
CNAE Secundário 22: **4669-9/99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTRAS MÁQUINAS E**
CNAE Secundário 23: **4672-9/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS**
CNAE Secundário 24: **4673-7/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL ELÉTRICO**

CNDO FRONTEIRAS SIS
FL. 49

CNAE Secundário 25:	4674-5/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE CIMENTO
CNAE Secundário 26:	4679-6/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE TINTAS, VERNIZES E
CNAE Secundário 27:	4681-8/05 - COMÉRCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES
CNAE Secundário 28:	4683-4/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS,
CNAE Secundário 29:	4692-3/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL,
CNAE Secundário 30:	4729-6/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM
CNAE Secundário 31:	4741-5/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA
CNAE Secundário 32:	4742-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
CNAE Secundário 33:	4744-0/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
CNAE Secundário 34:	4744-0/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
CNAE Secundário 35:	4744-0/05 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
CNAE Secundário 36:	4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS
CNAE Secundário 37:	4754-7/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS
CNAE Secundário 38:	4754-7/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO
CNAE Secundário 39:	4759-8/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO
CNAE Secundário 40:	4763-6/04 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAÇA, PESCA E
CNAE Secundário 41:	4763-6/05 - COMÉRCIO VAREJISTA DE EMBARCAÇÕES E OUTROS
CNAE Secundário 42:	4771-7/04 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS
CNAE Secundário 43:	4789-0/02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS
CNAE Secundário 44:	4930-2/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS
CNAE Secundário 45:	4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS
CNAE Secundário 46:	4930-2/03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS
CNAE Secundário 47:	4930-2/04 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MUDANÇAS
CNAE Secundário 48:	7731-4/00 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

Dados para Contato

CEP:	76.900-121
Endereço:	AVENIDA MARECHAL RONDON, 1571 - CENTRO
Município / UF:	Ji-Paraná / Rondônia
Telefone:	(69) 34167000
E-mail:	claudenice_smg@hotmail.com

Dados do Responsável Legal

CPF:	010.442.482-62
Nome:	ANACLETO RIGON FILHO

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	010.442.482-62
Nome:	ANACLETO RIGON FILHO
E-mail:	claudenice_smg@hotmail.com

Relatório de Credenciamento

CNDO FRON RO/0° SIS
FL. 60

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF:	**010.442.482-62**	Participação Societária:	**100,00%**
Nome:	**ANACLETO RIGON FILHO**		
Número do Documento:	**769275**	Órgão Expedidor:	**SSP RO**
Data de Expedição:	**13/02/2009**	Data de Nascimento:	**19/06/1990**
Filiação Materna:	**JAQUELINE FELIX RIGON**		
Estado Civil:	**Solteiro(a)**		
CEP:	**76.902-500**		
Endereço:	**RODOVIA PASTOR SEVERO ANTONIO DE ARAUJO, 900 - ECOVILLE**		
Município / UF:	**Ji-Paraná / Rondônia**		
Telefone:	**(69) 99751663**		
E-mail:	**roliveira@cimm-maquinas.com.br**		

Linhas Fornecimento

Materiais

2420 - TRATORES SOBRE RODAS

3230 - FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS DE MÁQUINAS PARA TRABALHO EM MADEIRA

3411 - MÁQUINAS DE BROCAR

3413 - MÁQUINAS DE FURAR E ABRIR ROSCAS

3417 - MÁQUINAS DE FRESAR

3460 - ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS-FERRAMENTAS

3830 - ACESSÓRIOS PARA CAMINHÕES E TRATORES

Serviços

24805 - Serviço de Ajuste e Montagem de Peças e Produtos

CPFO FRON ROND BIS
FL. 51

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: **10.779.165/0001-67** DUNS®: **899875528**
Razão Social: **MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA**
Nome Fantasia: **MACHADAO**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **29/05/2025**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **07/09/2024**
Código de Controle: **D81F4E13EEB04327**

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **14/07/2024**
Código de Controle: **2024061502011570254212**

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **23/11/2024**
Código de Controle: **368551542024**

COMANDO FRON RO/6ª BIS
FL. 52

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 13/2024

Última atualização 18/06/2024

Local: Guajará-Mirim/RO **Órgão:** COMANDO DO EXERCITO

Unidade compradora: 160346 - COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS/MEX/RO

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de Disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 18/06/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 00394452000103-1-010746/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de serviço de manutenção de roçadeiras para atender as demandas do Pelotão de Obras do Comando de Fronteira Rondônia/6° Batalhão de Infantaria de Selva.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 3.198,60	R$ 3.198,60

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Manutenção Máquina Agrícola Manutenção Máquina Agrícola	3	R$ 1.066,20	R$ 3.198,60	

Exibir: 1-1 de 1 itens Página

‹ Voltar

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 02/07/2024 14:55
Usuário: ***.551.184-**
Impressão Completa

FOLHA Nº 53

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160346	COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.567.156/0001-23	AV LEOPOLDO DE MATOS, 2329 BAIRRO TAMANDARE	76850-000

Município	UF	Telefone
GUAJARA-MIRIM	RO	(069) 3541 2121/2151-SETFIN/4697-SALC

Ano	Tipo	Número
2024	NE	289

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171388	1000000000	339039	160504	E6MIPLJBIDS

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
18/06/2024	Ordinário	64268003128202452	0,0000	3.198,60

Favorecido

Código	Nome	CEP
10.779.165/0002-48	MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA	76850-000

Endereço		
BEIRA RIO 327 LOTE 08-09-10 CENTRO		
Município	**UF**	**Telefone**
GUAJARA-MIRIM	RO	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
139	DISPENSA DE LICITACAO				
Ato Normativo		**Artigo**	**Parágrafo**	**Incíso**	**Alínea**
LEI 14.133 / 2021		75	-	II	-

Descrição
ATENDER DESPESAS COM CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PELOTÃO DE OBRAS DO CMDO FRON RO/6º BIS, CONFORME DIEX Nº 45¿PO/B ADM/C FRON RO, DE 04 DE JUNHO DE 2024. CONFORME NOTA DE CRÉDITO 2024NC401745- COE , DE 24 DE JANEIRO DE 2024. PI E6MIPLJBIDS. DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2024 DA UASG 160346 ¿ 6° BIS.

Local da Entrega
AV: LEOPOLDO DE MATOS, 2329 - BAIRRO: TAMANDARÉ - GUAJARÁ MIRIM-RO - CEP: 76.850-000.

Informação Complementar
16034606000132024 - UASG Minuta: 160346

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	21/06/2024 11:30:56	Alteração

Data e hora da consulta: 02/07/2024 14:55
Usuário: ***.551.184-**
Impressão Completa

FOLHA 54

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	3.198,60

Subelemento 17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Manutenção Máquina Agrícola	3.198,60

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18/06/2024	Inclusão	3,00000	1.066,2000	3.198,60

Assinaturas

Ordenador de Despesa
MARCELO MARCANT DA SILVA
***.998.130-**
21/06/2024 11:30:56

Responsável pela Nota de Empenho
ALCINO SILVA DE CASTRO
***.119.652-**
19/06/2024 12:25:45

Versão	Data/Hora	Operação
002	21/06/2024 11:30:56	Alteração

ANDRE GOMES DE ASSUNCAO

349.310.902

CNPJ/CPF informado não está cadastrado.

CMDO FRON RO 6ª BIS FL. 31

Consulta Cadastro Segurança Utilitários Área de Trabalho

Raio-x do Fornecedor Sair

Consultar Situação do Fornecedor

CMDO FRON RO 6º BIS FL. 55

Pesquisar Fornecedor

Tipo de Pessoa

( ) Pessoa Jurídica ( ) Pessoa Física ( ) Estrangeiro

CNPJ

10.779.165/0002-48

Razão Social

PESQUISAR

REALIZAR NOVA PESQUISA VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CMDO FRON ROI 6º BIS FL 30
CMDO FRON ROI 6º BIS FL 56

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/06/2024 15:06:12

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA**
CNPJ: **10.779.165/0002-48**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.